

O pacote está saindo. E já tem nome.

Ele foi batizado, pelo ministro do Planejamento, de "Programa Completo de Ajustamento a Curto Prazo". Com ações mais vigorosas na área fiscal.

O pacote econômico que o governo deve divulgar nos próximos dias já tem nome: "Programa Completo de Ajustamento a Curto Prazo", segundo o denominou ontem o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, após a reunião do Conselho Interministerial de Salários das Estatais (Cise). Abreu explicou que o novo programa terá medidas de maior rigor na área fiscal, corte de subsídio e remontagem do Orçamento da União. No entanto, assegurou que as medidas não serão lançadas todas ao mesmo tempo, mas se constituirão em desdobramentos do programa de ajustamento. "O debate mais importante passa pelo tipo de programa e modelo de ajustamento do que por medidas isoladas", garantiu Abreu.

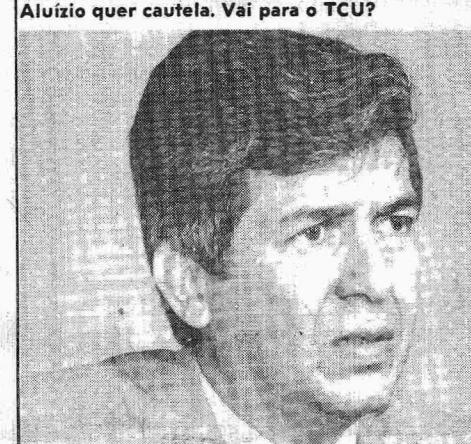
Quanto ao problema de deter o crescimento mensal das despesas com os salários dos funcionários da administração direta e indireta da União, o ministro preferiu usar sua criatividade. O efeito será o mesmo para o bolso do funcionalismo federal — menos dinheiro nos próximos meses —, mas pelo menos agora o congelamento da aplicação da Unidade de Referência de Preços em seus salários virá embalado no mais puro economês: "Carência da URP com reposição posterior".

Foi com esta frase que Abreu denominou a medida que será encaminhada ao presidente Sarney e que é considerada fundamental para a contenção do déficit público. O ministro descartou o termo "congelamento", que considerou "inadequado sob todos os aspectos" para exprimir o que o governo pretende fazer com os vencimentos de seus servidores, preferindo falar o tempo todo em "carência da URP". Abreu disse que a suspensão do pagamento da URP ao funcionalismo não tem prazo de duração definido, mas garantiu que a "reposição posterior" se dará no próximo ano. Só que ainda não foram definidos os critérios que nortearão esse pagamento.

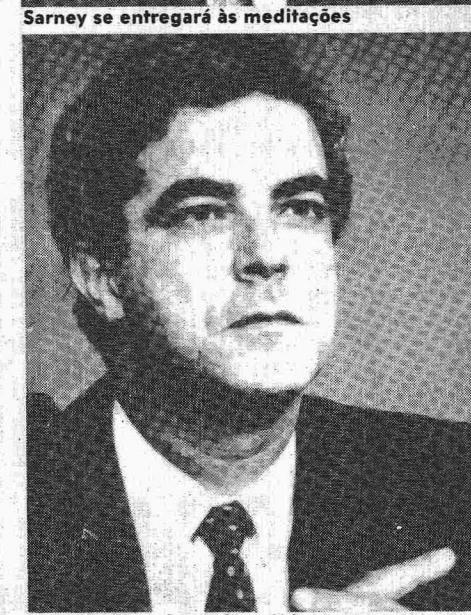
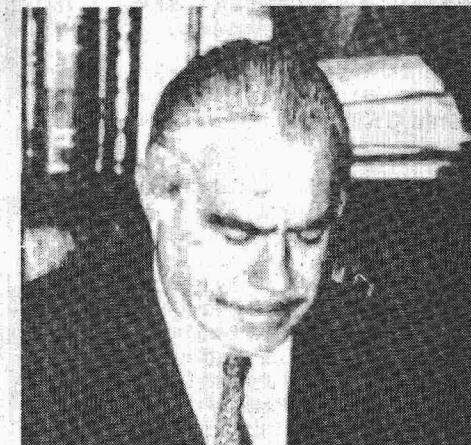
Governadores

Quanto à concessão de reajustes salariais aos servidores de acordo com o aumento da arrecadação federal, o ministro foi claro: é uma idéia interessante, mas ineficiente para a administração indireta. Sobre a possibilidade de os governadores virem a barrar a concretização do não pagamento da URP ao funcionalismo, João Batista de Abreu garantiu não haver resistências nesse front. "Os governadores estão convencidos de que o País precisa fazer esse programa", assegurou o ministro.

A aplicação do Programa Completo de Ajustamento a Curto Prazo, segundo o titular da Seplan, prevê, com a sua concretização, uma redução do déficit público a patamares que giram entre 4% e 4,5% do PIB (Produto Interno Bruto). O ministro João Batista de Abreu não quis especificar o número de alternativas com as quais o governo está trabalhando, mas negou serem as 11 que vêm sendo divulgadas pela imprensa. "Não havíamos pensado em tantas



Pazzianotto: dias contados no governo...



Camarinha: contra a extinção da URP

alternativas. Não queremos configurá-las como um pacote, mas sim medidas coerentes de ajustamento para a economia brasileira."

A decisão da Assembléia Constituinte de aprovar o sistema presidencialista de

governo com mandato de cinco anos para o presidente da República, segundo o ministro, "reduziu as incertezas". Ele destacou que essa decisão foi importante para que o programa de ajustamento possa ser implementado sem maiores resistências.